

# Representações de “cadeia” em discursos de detentas do Presídio Feminino de Três Lagoas-MS: disciplina e/ou relações de poder?

(Representations of “jail” in speeches of inmates from the Female Prison in Três Lagoas-MS: discipline and/or power relations?)

**Daniele Cristina Scaliante**

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

daniele\_scaliante@hotmail.com

**Abstract:** This paper has the goal to show the power relations in letters of inmates from the Female Prison in Três Lagoas-MS, interpreting possible representations of “jail.” Therefore, the methodological procedure consists of the analysis of excerpts from selected letters, as our goals. The theoretical outline is based in the Analysis of the french Discourse line, by Coracini's contributions (2003, 2007) about identity, and also in the assumptions of the philosopher Foucault (1979, 2006b, 2012) about power relations, subjectivity, self writing and discipline. The analysis indicates that in/by representations of “jail”, the female prisoners see themselves in a place of exclusion, leaving by self writing, marks of subjectivity by lapses and contradictions.

**Keywords:** Discourse Analysis; power relations; inmates; self writing.

**Resumo:** Este trabalho objetiva apontar as relações de poder em cartas de detentas do Presídio Feminino de Três Lagoas-MS, interpretando possíveis representações de “cadeia”. Para tanto, o procedimento metodológico consta da análise de excertos das cartas selecionadas, conforme nossos objetivos. O arcabouço teórico é fundamentado na Análise do Discurso de linha francesa, pelas contribuições de Coracini (2003, 2007) sobre identidade, e, ainda, nos pressupostos do filósofo Foucault (1979, 2006b, 2012) sobre relações de poder, subjetividade, escrita de si e disciplina. A análise indica que nas/pelas representações de “cadeia”, as mulheres detentas se veem num lugar de exclusão, deixando, via escrita de si, marcas de subjetividade por lapsos e contradições.

**Palavras-chave:** Análise do Discurso; relações de poder; detentas; escrita de si.

## Considerações introdutórias

Discursos cristalizados, representações imaginárias e relações de poder constituem e atravessam o contexto prisional. Tais discursos categorizam de modo, por vezes, homogeneizante, sujeitos e lugares, e, nesse caso, há ideologias que buscam consolidar a dicotomia “dominante/dominado”. Nesse sentido, objetivamos apontar as relações de poder em cartas de mulheres detentas do Presídio Feminino de Três Lagoas-MS,<sup>1</sup> interpretando possíveis representações de “cadeia” que emergem em sua escrita,<sup>2</sup> a fim de compreender de que modo essas representações constituem sua subjetividade.

1 Este texto apresenta resultados parciais da pesquisa de mestrado desenvolvida sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dra. Celina Ap. G. S. Nascimento, vinculada ao projeto de pesquisa: “Linguagem, discurso e identidade de adolescentes e adultos em situação de exclusão: escrita de si” e ao Grupo Vozes (In)fames: exclusão e resistência/Unicamp.

2 “Cadeia” é a denominação utilizada pelas mulheres detentas na escrita de suas cartas para referir-se a esse contexto de privação da liberdade.

Em face de pretendermos contextualizar o tema de investigação aqui proposto, cabe, neste momento, a informação de Simões (2013) sobre os dados que descrevem a atual situação desse contexto de privação da liberdade no Brasil. Segundo a autora, enquanto a população carcerária masculina teve um aumento de 106% entre os anos de 2000-2010, a população feminina aumentou em 261%. A autora alerta que o encarceramento feminino suscita questões diferenciadas, uma vez que esse tema é abordado, geralmente, com enfoque na privação de liberdade masculina. Ainda, segundo Simões (2013, p. 55), o encarceramento feminino requer singularidades específicas e, nesse sentido, a autora pontua: “em um estabelecimento prisional feminino as questões de classificação de como segurança, visitas, revista íntima e outras deveriam ser levadas em conta diante de características particulares da mulher”. Esses dados são relevantes no sentido de que os discursos das mulheres detentas são também atravessados por essa atual situação de criminalidade, cabendo observar, entretanto, que a disciplina perpassa os contextos de privação de liberdade feminina e masculina.

Assim, a Lei de Execução Penal de 1984 (BRASIL, 2009), em seu artigo 44, trata da disciplina da seguinte forma: “A disciplina consiste na colaboração com a ordem, na obediência às determinações das autoridades e seus agentes e no desempenho do trabalho”. Consoante com a lei, também os discursos aqui analisados emergem na/pela interdição, pois os sujeitos que escrevem devem responder não só corporal, mas discursiva e ideologicamente ao que pede a Instituição Presídio, o que lhes produz, perante a sociedade e ao sistema, uma imagem de sujeitos controlados.

Nesse tocante, vale também ressaltar as reflexões de Foucault (2012, p. 133) sobre a disciplina. O autor relata que os diferentes processos disciplinares se deram ao longo do tempo, em instituições distintas, como, por exemplo, nos conventos e exércitos. Conforme o filósofo, no decorrer dos séculos XVII e XVIII, fórmulas gerais de dominação perpassaram a questão disciplinar. Isso porque, nesse momento histórico da disciplina, nasce uma arte do corpo humano, em que um mecanismo busca torná-lo obediente e útil. A esse respeito, o autor diz que essa mecânica de poder visa a manipular “como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina” (FOUCAULT, 2012, p. 133).

Considerando esses aspectos até aqui assinalados enquanto constituintes do cenário de que tratamos, este trabalho surge da necessidade de investigar, por meio dos discursos de sujeitos supostamente silenciados/controlados, a relação entre sujeito, sociedade e Instituição, uma vez que esse contexto de privação da liberdade é perpassado por regimentos e, sobretudo, autoridade, poder e disciplina.

Para tanto, partimos da hipótese de que, da escrita das mulheres detentas, emergem discursos da resistência que marcam a constituição de sua subjetividade, uma vez que são pela Instituição, bem como pela sociedade, consideradas sujeitos controlados e disciplinados. Algumas questões norteiam este trabalho, tais como: quais as estratégias de resistência que suscitam em meio às tentativas de controle? Quais os efeitos de sentido possíveis ao representarem a “cadeia”? Como a escrita de si acontece nesse contexto de privação da liberdade?

Esclarecemos que este trabalho está fundamentado no método *arqueogenealógico* foucaultiano, uma vez que pretendemos problematizar as regras que dirigem os discursos e ainda compreender de que modo são atravessados pelas relações de poder que os constituem em distintos momentos históricos.

O procedimento metodológico consta da seleção e análise discursiva de excertos de cartas escritas pelas mulheres detentas a familiares, amigos ou companheiro(a).<sup>3</sup> Ressaltamos, ainda, que mantivemos na íntegra a escrita de suas cartas, preservando na digitação aspectos da ortografia, parágrafos, pontuação, coesão, coerência e concordância. Há, nos recortes, palavras e/ou frases destacadas em negrito. Esses grifos visam a realçar o que está sendo analisado, como, por exemplo, o funcionamento do discurso, a fim de interpretar de que modo esses itens destacados significam no contexto em que emergem.

O arcabouço teórico é fundamentado na Análise do Discurso de linha francesa, pelas contribuições de Coracini (2003, 2007) sobre identidade, e, também, nos pressupostos do filósofo Foucault (1979, 2006b, 2012) sobre relações de poder, subjetividade, escrita de si e disciplina.

Assim, este trabalho está dividido em duas partes: na primeira, tratamos brevemente dos conceitos de identidade, subjetividade, escrita de si e relações de poder que, entre outros, são os subsídios teóricos básicos que adotamos; na segunda, trazemos os gestos de interpretação mobilizados na análise das cartas das mulheres detentas. Iniciemos, então, com uma breve discussão dos conceitos que fundamentam este trabalho.

### **Algumas noções teóricas: identidade, subjetividade, escrita de si e relações de poder**

As representações imaginárias emergem positiva ou negativamente pelos discursos cristalizados. No segundo caso, buscam formatar sujeitos, colocando-os numa possível situação de exclusão. Entretanto, não consideramos neste trabalho as representações identitárias pela binária categorização: “dominante/dominado”, uma vez que resultam das relações de poder, e, nesse tocante, os sujeitos se constituem num inacabado processo identitário.

Logo, perpassam a questão da identidade significações e representações advindas de diferentes lugares e sujeitos, sendo essas atravessadas por um contexto sócio-histórico. Nesse imbricamento, os sujeitos se constituem numa contínua (des)construção, pois são tecidos e fragmentados. A esse respeito:

Não há identidade possível a não ser na ilusão, na promessa sempre adiada da coincidência consigo mesmo, do pertencimento imaginado (e inventado) a uma nação, a um grupo que iguala ou assemelha aqueles que são desiguais, inassimiláveis. Ora, sabemos que a identidade pode ser imposta, resultar de uma relação de poder, pode ser efeito de dominação; onde alguém sabe a verdade, alguém pode falar em nome do outro, responder pelo outro, dizer o outro [...] aliás, somos sempre ditos pelo outro, pelo olhar do outro que se faz verdade... (CORACINI, 2007, p. 49)

---

<sup>3</sup> As cartas foram selecionadas de um total de 58 coletadas, e estão enumeradas conforme ordem de coleta. Os sujeitos não foram identificados por questão de ética e sigilo. Por esse motivo, ao final de cada recorte analisado, consta a numeração da carta de que é proveniente.

Na esteira da autora, consideramos que a identidade das mulheres detentas é construída no/pelo olhar do outro, uma vez que seu discurso é perpassado pela resistência, e, como mostra a análise, ao escreverem, por ora aproximam-se de determinadas representações e, noutra, distanciam-se, embora todas essas representações (in)desejadas, ao mesmo tempo, constituam-nas. Percebemos, então, que, pelo jogo de estratégia, buscam distanciar-se da identidade de mulher detenta, por exemplo, o que marca o processo de constituição de sua subjetividade. Logo, ao mesmo tempo em que a disciplina e o controle atravessam seu discurso, o poder circula em rede, e, nesse caso, a resistência emerge enquanto uma constituição de si.

Por isso, analisamos os modos de constituição que emergem nesse contexto de privação da liberdade segundo o que reflete o filósofo Foucault (2006b, p. 262): “eu chamaria de subjetivação o processo pelo qual se obtém a constituição de um sujeito, mais precisamente de uma subjetividade, que evidentemente não passa de uma das possibilidades de organização de uma consciência de si”. O autor explica que entende a subjetividade como a maneira pela qual o indivíduo relaciona-se consigo mesmo. Assim, a subjetividade consiste na constituição do sujeito, que é levado a se observar, analisar, decifrar, isto é, fazer uma experiência de si em um jogo de verdade, no qual se relaciona consigo mesmo.

Considerando que neste trabalho buscamos apontar as relações de poder no discurso das mulheres detentas pela análise de suas cartas, vale ressaltar que estas constituem uma escrita de si, ponto ao qual se debruça Foucault (2006b), ao abordar em sua terceira fase denominada *ética*,<sup>4</sup> as artes de si mesmo, isto é, a estética da existência e o domínio de si e dos outros. Abordaremos aqui, de modo sucinto, essa questão.

A partir da cultura greco-romana, Foucault (2006b) faz sua alusão inicial pelo *Vita Antonii*, texto que considera um dos mais antigos deixados pela literatura cristã sobre a escrita espiritual, e, a partir dele, analisa, de forma retrospectiva, a função da escrita na cultura filosófica de si. Esse texto consiste da anotação escrita das ações e pensamentos, sendo assim, um elemento imprescindível à vida ascética. Foucault (2006b, p. 144) traz o que Atanásio diz: “consideremos e escrevamos, cada um, as ações e os movimentos de nossa alma, como para nos fazer mutuamente conhecê-los, deixaremos de pecar, e nada teremos de perverso no coração”.

A seguir, Foucault (2006b, p. 145) traz a escrita de si com um papel muito próximo à confissão, e essa escrita no texto de Atanásio surge “como uma arma no combate espiritual”. Nesse sentido, a confissão não é, portanto, um ato individual, pois é feita para si e para os outros. Ao confessar, o sujeito olha para si, mas ainda busca no/pelo olhar do outro a sua identificação, a aceitação, a libertação.

Ainda, partindo do princípio de que nenhuma técnica e habilidade são adquiridas sem exercício, Foucault (2006b, p. 146) ressalta que a arte de viver deve ser compreendida como um “treino de si por si mesmo”. O filósofo contextualiza que as abstinências, as memorizações, os exames de consciência, as meditações, o silêncio e a escuta do outro

---

4 O trabalho do filósofo é descrito pelas três fases: a *arqueologia*, a *genealogia* e a *ética*, entretanto, elas não são independentes, pois estão, de certo modo, relacionadas por um objetivo maior: diferentes teorizações acerca dos modos de subjetivação do sujeito. Na primeira fase, o filósofo busca compreender de que forma os saberes aparecem e se transformam, analisando a constituição do homem, ao mesmo tempo, como objeto e sujeito do saber. Na segunda, investiga o poder como instrumento do saber, e, na terceira, busca compreender a constituição do sujeito como objeto próprio.

eram práticas correlatas a esse treino de si por si, e que as formas que tomavam a escrita de si para o outro representaram um papel considerável ao longo do tempo. Assim, a escrita de si é também meditação.

Em uma detalhada descrição dos *humpomnêmata*, que eram cadernetas de anotação consideradas como um livro de conduta, Foucault (2006b, p. 149) descreve a escrita de si pela memória. E, ao tratar da correspondência, traz à tona os pensamentos de Sêneca pela análise de suas cartas, com o sentido de que, ao mesmo tempo em que se escreve, se lê. Nesse tocante, a carta age tanto em quem escreve, quanto em quem lê: no primeiro, pela escrita e leitura do que escreveu, no segundo, pela leitura e releitura, assumindo então, uma dupla função. Sob a perspectiva foucaultiana, pode-se depreender que a escrita de si é confissão, meditação, memória e relato para o outro.

Conforme mencionado, pretendemos apontar as relações de poder na carta das mulheres detentas e, para tanto, partimos do pressuposto de que, “a partir do momento em que há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência” (FOUCAULT, 1979, p. 241). Isso porque, para o filósofo, o poder penetra na sociedade por meio de práticas sociais, sentido esse que observamos neste trabalho, pois, pelo discurso via escrita das cartas, as mulheres detentas emergem o poder, que está em toda parte. Assim, ainda que estejam supostamente controladas, vigiadas e disciplinadas, seu discurso resiste à submissão por meio do jogo de estratégias, e, nesse caso, as relações de poder circulam entre os sujeitos. Por serem relações de poder, não são fixadas num ponto uno, estando o poder ora num lugar, ora em outro.

Assim, há, a seguir, os gestos de interpretação mobilizados na análise de dois recortes que foram selecionados das cartas escritas pelas detentas. Não pretendemos, contudo, delimitar e formatar sujeitos e discursos, uma vez que a perspectiva aqui adotada excede aos ditames de concepções que se debruçam sobre verdades construídas e/ou (im) postas, o que permite que possamos tecer reflexões que suscitem novas e inconclusas investigações.

### **Análise das cartas: a escrita de si e a subjetividade**

Como já mencionado, passaremos neste momento à análise, a fim de apontar as relações de poder, interpretando possíveis representações de “cadeia” que emergem via escrita de si. Para tanto, o primeiro recorte selecionado traz a representação desse espaço de privação de liberdade enquanto “cadeia de coisa”, termo utilizado para representá-lo e que, indelevelmente, constitui uma marca do processo de constituição da subjetividade, pois o sujeito, via escrita de si, olha a si e ao outro. Assim, segue o primeiro recorte selecionado do *corpus* deste trabalho:

[...] Há minha vida como é **ruim** ficar **longe** de quem a gente ama. **Sorte a minha que podem prender o meu corpo mas nunca os meus pensamentos.** [...] É o que eu mais quero é te fazer feliz te ver sorrindo por enquanto ainda é um sonho distante, mas com certeza vc me compensa **cada minuto perdido aqui neste lugar.** [...] se não tivesse vontade de te vê e ficar com vc um dia já tinha mandado **um pro inferno** faz é tempo nessa **cadeia de coisa.** Sabe amor **antes** vc já podia contar comigo **agora não pois estou de pés e mãos atadas** e ainda te sugando mas quando eu sair daqui pode ter certeza conte comigo só que **agora tenho uma visão diferente mais madura** e por certa vez um **pouco**

parecida com a sua. Sabe meu amor, **a gente tem ideias diferentes** pois somos criados de **formas diferentes, culturas e ambientes diferentes** isso não é legal p/ mim **mas** agora temos **passagens** na vida **iguais** e um se assegura no outro e vamos longe. **Quem ama as rosas aguenta os espinhos.** (Recorte 1 - Carta 29)

Pelo uso do advérbio de lugar “**longe**”, o sujeito da carta, ao “escrever para si e para o outro” (FOUCAULT, 2006b, p. 146), olha-se nas/pelas privações de liberdade por que passa por estar preso, e, a esse respeito, Foucault (2012, p. 18), ao descrever a historicidade das penas, contextualiza que, “quase sem tocar o corpo, a guilhotina suprime a vida, tal como a prisão suprime a liberdade, ou uma multa tira os bens”. Assim, ao ver-se longe do outro, produz o efeito de sentido de que pela prisão, se vê em falta com sua liberdade, e, por conseguinte, com sua felicidade, marcando essa falta pelo adjetivo “**ruim**”.

Ao referir-se à prisão da seguinte forma: “cadeia de coisa”, emerge no discurso a “interdição” de que fala Foucault (1995), em que é de conhecimento do sujeito que não é possível que se fale de tudo, em qualquer circunstância.<sup>5</sup> Também emerge nesse discurso um sentido que Ferreira (2008, p. 93) aborda acerca da pretensão da verdade na escritura: “nesta busca incessante das ‘grandes verdades’, bicho vira coisa, gente vira coisa e a coisificação generalizada toma conta do que se diz, do que se pensa, daquilo que se propõe e a que se propõe”. A autora enfatiza que não temos a verdade, mas sim a pretensão dela. Assim, acrescenta: “devo justificar minha escrita de eus, de sentidos e sentimentos. Pois bem: justifico-a porque não quero coisificar as gentes sobre quem estou e estive junto” (FERREIRA, 2008, p. 93). Nesse caso, essa generalização pode significar uma marca do que pensa acerca da prisão: o que seria, para o sujeito, a “coisa”? Fala ele a partir de uma homogeneidade? Indiferença? Resistência? Quer construir uma verdade? Ainda que não seja autorizado a escrever palavras, o dizer “mandar um pro inferno” caracteriza o sujeito enquanto exaltado, mas, sobretudo, em ambos os casos: “ao longo do dizer, há toda uma margem de não-ditos que também significam” (ORLANDI, 2012, p. 82).

Assim, embora o sujeito lamente essa privação, o substantivo feminino “**sorte**” e a conjunção adversativa “**mas**”, em: “sorte a minha que podem prender o meu corpo mas nunca os meus pensamentos”,<sup>6</sup> deixam marcas de resistência. Isso porque considerar-se enquanto uma pessoa de sorte produz o efeito de sentido de que o poder pelo qual buscam controlá-la não é absoluto. Logo, “as relações de poder são relações de força, enfrentamentos, portanto, sempre reversíveis” (FOUCAULT, 2006a, p. 232), e, assim, o sujeito busca invalidar as tentativas de fazê-lo ser submisso ao poder, aprisionado. Esse dizer confirma a nossa hipótese de que, embora haja tentativas de silenciamento nesse contexto,

5 Conforme informações recebidas no pPresídio, as cartas, ao entrarem e/ou saírem, passam pela leitura de dirigentes, que têm a função de autorizá-las ou não. Esse procedimento tem o intuito de assegurar que não haja, pela escrita das cartas, atitudes ilícitas dentro da Instituição, como o ato de combinar fugas, entrada de objetos proibidos, entre outros.

6 Nesse caso em destaque, encontramos essa expressão em músicas de *funk*, como: “Corpo aprisionado, mals [sic] tratos, ignorância/Por causa do sistema adolescentes não tiveram infância/Revolta vai e vem e para aqui no meu coração/Somos índices negativos da população/Discriminados, excluídos da sociedade/É tanta injustiça nessa grande cidade/Liberdade está distante nem fui sentenciado/O juiz me condenará e por deus serei negado/Eu erreí eu sei preferia pena de morte/Confinados vijados [sic] entrei pro big brother/Cometi crimes e crimes meu ódio tomo fermento/Podem prender meu corpo mais jamais meu pensamento”. Disponível em: <<http://www.vagalume.com.br/mc-dimenor-dr/pensamentos-trancados.html>> Acesso em: 31 jul. 2013. Ressaltamos, aqui, que mantivemos, na digitação, a forma tal qual a letra da música está disponibilizada na referida fonte.

na escrita das mulheres detentas emergem discursos da resistência, produzindo efeitos de sentido que escapam às tentativas de controle do dizer.

A conjunção adversativa “**mas**”, nesse contexto, significa a restrição de uma argumentação já feita, uma oposição ao que foi dito anteriormente. Segundo Neves (2000, p. 761), “essa restrição pode significar uma exclusão parcial, estando expressos, por vezes, indicadores de negação, privação, insuficiência”. Assim, o sujeito afirma inicialmente que seu corpo está preso e, em seguida, produz o sentido de que essa prisão se dá em partes, pois pela adversativa busca mostrar-se indiferente ao aprisionamento do seu corpo, representando-se livre nos/pelos pensamentos. Nesse caso, é pela escrita da carta que o sujeito torna o outro presente, conforme a reflexão: “presente não simplesmente pelas informações que ele lhe dá sobre sua vida, suas atividades, seus sucessos e fracassos, suas aventuras e desventuras” (FOUCAULT, 2006b, p. 156). Essa presença se dá porque, ao escrever, deixa marcas de si, e quem a recebe sente-se olhado. Logo, ainda que o corpo passe pela privação da liberdade, pelo pensamento e pela escrita, o sujeito é livre.

Ainda em marcas de resistência, há o uso do advérbio “**nunca**”, e, segundo Neves (2000, p. 239), alguns advérbios de negação fazem uma indicação temporal, o que produz um efeito de sentido de ineficácia do aprisionamento pela impossibilidade de seus pensamentos serem controlados tal qual seu corpo está. Segundo Foucault (2012, p. 133), “a disciplina fabrica corpos submissos e exercitados, corpos dóceis”. Assim, ainda que cumpra uma lei, uma ordem, em seus pensamentos as grades não têm chão, não são de ferro, não se sustentam. Nesse sentido, considere-se o que diz Foucault (1988, p. 105): “lá onde há poder há resistência”.

Em: “cada minuto perdido aqui neste lugar”, vale ressaltar o que destaca Foucault (2012, p. 218), ao dizer: “retirando o tempo do condenado, a prisão parece traduzir concretamente a ideia de que a infração lesou, mais além da vítima, a sociedade inteira”. Assim, ao escrever que perde tempo na prisão, produz o efeito de sentido de que, por essa perda, restitui-se moralmente à sociedade em face do crime que cometeu. Nesse dizer, o pronome indefinido “**cada**”, acompanhando o substantivo masculino “**minuto**”, marca uma referência temporal, e o dêitico “**neste**” marca uma posição do espaço em que está, a prisão, sendo esta caracterizada pelo substantivo masculino “**lugar**”. A esse respeito, emerge a obviedade econômico-moral de que trata Foucault (2012, p. 218), ao dizer que a “penalidade contabiliza os castigos em dias, em anos e estabelece equivalências quantitativas delitos-duração”. Assim, ainda que busque na presença do outro algo que lhe “devolva” o tempo que considera perdido, esse dizer produz o sentido de que pela prisão pode restituir-se moralmente à sociedade.

No entanto, há uma contradição em seu dizer, pois pelo discurso da regeneração diz: “agora tenho uma visão diferente mais madura”, onde o advérbio temporal “**agora**”, marca que, pela prisão, transformou-se, e que, assim, passou a ter uma nova postura, o que se dá pelo substantivo feminino “**visão**”, referindo-se a sua conduta. Logo, contradiz a perda de tempo à qual anteriormente se referiu. Entretanto, esse discurso de transformação pode ser uma estratégia, pois, segundo Foucault (2006b, p. 285), os jogos estratégicos “fazem com que uns tentem determinar a conduta dos outros, ao que os outros tentam responder não deixando sua conduta ser determinada”.

Nesse sentido, ainda que se posicione enquanto “corrigido” pelas práticas punitivas, o sujeito deixa contradições em seu dizer, pois, ao representar-se com uma visão

modificada, em: “é um pouco parecida com a sua”, referindo-se ao destinatário da carta, o advérbio de intensidade “**pouco**” produz o efeito de sentido de que, embora tente se mostrar semelhante ao outro, rejeita o que ele é, pois não se vê totalmente igual a ele, o que significa que, estrategicamente, assume essa posição para representar-se sancionado pela sociedade.

Por outro lado, ao identificar-se com o outro em: “agora temos passagens na vida iguais”, na construção “**passagens iguais**”, formada por substantivo e adjetivo, marca a semelhança com o outro, buscando valer-se do que essa identificação lhe beneficiaria, isto é, o sujeito, se representada como um “indivíduo corrigido”. Em outras palavras, busca constituir sua identidade no/pelo olhar do outro e, nesse caso, “convém lembrar que toda identificação com algo ou alguém ocorre na medida em que essa voz encontra eco, de modo positivo ou negativo, no interior do sujeito” (CORACINI, 2003, p. 243).

Em continuidade, diz, por essa identificação, que “um se assegura no outro e vamos longe”. Entretanto, “as palavras não dizem tudo o que queremos, mas dizem, também, mais do que queremos! Dizem aquilo que não queremos! [...] escrevendo, confessamos o inconfessável” (UYENO, 2010, p. 135), e, ao constituir-se no/pelo olhar do outro, o sujeito busca aquilo que quer para si, mas distancia-se daquilo que não quer pelo adjetivo “diferente” em: “ideias diferentes”, “criados de formas diferentes, culturas e ambientes diferentes”, acentuando sua não identificação para com o outro, em: “isso não é legal pra mim”. O recorrente uso desse adjetivo mostra “a insistência sobre uma palavra importante” (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 58), e, segundo a linguista, essa ocorrência é uma confirmação de um determinado dizer, representando implicitamente que quer ressaltar o que diz.

Nesse caso, o pronome demonstrativo “**isso**” refere-se ao que, a seu ver, os diferencia e que não lhe agrada: ideias, modo de criação, cultura e ambiente. Nesse tocante, pela escrita, o sujeito “cria sua própria identidade” (FOUCAULT, 2006b, p. 152), com que busca identificar-se com o outro, e, ao mesmo tempo, distancia-se de uma identidade que, pela estratégia e contradição, não quer para si, conforme pontua Coracini (2003, p. 151): “o sujeito é sempre e necessariamente constituído pelo outro”.

Pelos advérbios temporais “**antes**” e “**agora**”, delimita sua situação de liberdade, pois fora da prisão sentia-se presente para com o outro, como escreve em: “antes vc já podia contar comigo”. O contrário ocorre quando se coloca na posição de mulher detenta, dizendo: “agora não”, e justifica-se pelo fato de estar “de pés e mãos atadas”, significando que é controlada. Assim, produz o efeito de sentido de que a prisão é responsável em tirar-lhe a liberdade, e, sobretudo, o direito de ir e vir,<sup>7</sup> emergindo o discurso da lei. Tal efeito de sentido se dá por dever agir conforme o outro estipula, pois, estando presa, está impedida de exercer seu direito de liberdade. Entretanto, pela escrita, pelo exercício que faz de si e também a partir do outro, o sujeito movimenta seus sentimentos e pensamentos, e, nesse sentido, “sempre se precisa da ajuda de outro na elaboração da sua alma sobre si mesma”

7 A esse respeito, segundo a Constituição Federal de 1988: “Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: XV – é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens;” (Art. 5, inc. XV da Constituição Federal de 1988). Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10730517/inciso-xv-do-artigo-5-da-constituicao-federal-de-1988>>. Acesso em: 31 mar. 2013.



(FOUCAULT, 2006b, p. 154). Contudo, há um paradoxo que contrasta sua posição em livre/presa: é possível fazer-se presente ao outro pelos pensamentos, apesar de ser controlada pelas amarras das grades.

Por fim, há um dizer metafórico em: “quem ama as rosas aguenta os espinhos”, e, a esse respeito, “a metáfora é constitutiva do processo mesmo de produção de sentido e da constituição do sujeito” (ORLANDI, 2012, p. 79). Assim, esse dizer constitui um provérbio cristalizado, e, nesse caso, remete-se a um pré-construído, em que o pronome “**quem**” articula uma pressuposição ao mesmo tempo em que busca olhar-se no/pelo olhar do outro, pois a carta “é uma maneira de nos oferecermos a esse olhar a respeito do qual devemos nos dizer que ele está, no momento em que pensamos, mergulhando no fundo do nosso coração” (FOUCAULT, 2006b, p. 156-157). Nesse caso, quando coloca anteriormente as diferenças entre si e o destinatário, a metáfora de “rosas e espinhos” pode significar um oposto de identificações que, a seu ver, os diferencia, confrontando-se com a imagem que tem do outro.

Ainda pelo sentido metafórico, produz o efeito de sentido de que os espinhos podem se referir à exclusão, isto é, pela sociedade, esse sujeito é visto como um espinho, um empecilho, alguém que atrapalha e fere a ideia de perfeição idealizada socialmente. Por isso, resiste a não ser esse espinho, a não ocupar esse lugar de exclusão em sociedade. A esse respeito, Foucault (2012, p. 189) reflete que os mecanismos de controle para com o leproso e a peste se constituíram na “utopia da cidade perfeitamente governada”. Nesse caso, ao fazer a oposição entre “rosas” e “espinhos”, esse dizer produz um efeito de sentido de que, embora os espinhos constituam as rosas, eles são retirados, pois incomodam. E são justamente retirados para que a sociedade seja essa “rosa perfeita”, referindo-nos, aqui, ao que reflete o filósofo.

Ademais, esse dizer parece interrogar ao outro (à sociedade?) pelo pronome interrogativo “**quem**”, o que seria interpretado da seguinte forma: “Quem ama as rosas? Aguenta os espinhos”. Nesse sentido, esse discurso é o da resistência, pois, ao ver-se como mulher detenta, esse sujeito não quer ser espinho e, considerando o que pontua Orlandi (2012, p. 79), “o processo de produção de sentidos está necessariamente sujeito ao deslize, havendo sempre um ‘outro’ possível que o constitui”.

Assim, nesse recorte, interpretamos que o sujeito resiste à disciplina e ao controle, pois, ao contrário do que postulam que seja, não se vê como um espinho, que, nesse contexto, pode ser representado pelo sujeito tido como criminoso. Seu processo de construção da identidade consiste em identificar-se como “uma rosa” enquanto consideram-no um incômodo. Resiste a essa imagem que lhe é construída, pois seu corpo está preso, mas seus pensamentos, não. E, nesses, não há grades, não há limites, não há exclusão. As rosas do seu pensamento destacam-se mais do que os espinhos. Seus pensamentos libertam-no. São refúgio. Logo, esse sujeito é livre pelo pensamento. É livre pela escrita.

A seguir, consta a análise de um recorte de outra carta:

Espero que **esta** ao **atravessar estas muralhas** possa te encontrar bem e com saúde **apesar do lugar a onde nós nos encontramos**. Eu estou bem graças a Deus, como você mesmo sabe, mas graças a Deus eu já **estou trabalhando na Horta para ganhar remissão, não podemos ficar de braços abertos diante das situações que a vida nos propõe a enfrentar, pois até o melhor homem do mundo, morreu de braços abertos**. [...] Mas tudo bem vou levando, pois sei que logo logo isto vai acabar, não fique se culpando e se martilizando, você errou mas eu não guardo mágoa de você, só espero que a justiça seja

feita no dia da nossa audiência, **já andei por caminhos errantes, mas me regenerarei** estava levando uma vida digna, quantas e quantas vezes andando e correndo atrás de emprego fui na prefeitura várias vezes e **estava se reentregando a uma vida diferente do que um dia já vivi**. [...] **É simples, a verdade prevalece em qualquer situação**, você é usuário era do seu consumo, e eu nunca soube da existência dela por isso eu sei que tudo se esclarecerá [...] Agora veja bem, você vai lá na minha casa, leva uma mochila pede para eu guardar **veja bem a onde eu vim parar** [...] (Recorte 2 - Carta 38)

Inicialmente, pelo dêitico “**esta**”, o sujeito faz referência à carta enquanto uma visita que possibilita o encontro, em: “espero que esta ao atravessar estas muralhas possa te encontrar bem e com saúde”, e, nesse caso, “a carta prepara de certa forma um face a face” (FOUCAULT, 2006b, p. 156). O mesmo pronome, utilizado no plural, refere-se posteriormente aos limites, às barreiras da prisão, em: “estas muralhas”. Assim, a carta permite que seu discurso atravesse os muros que o separam do convívio social, permite que esteja do lado de fora, encontre, visite. Nesse sentido, segundo Foucault (1995, p. 10), “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que; pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”. Sendo assim, o discurso é instrumento de poder, e é por meio da escrita que “atravessa muralhas”. Muralhas estas que se tornam maiores pelo lugar que o sujeito ocupa, pois este lhe constitui.

Considerando, assim, que o sujeito, em seu discurso, é representado também pela posição que ocupa quando escreve que espera encontrar o outro bem, “apesar do lugar” onde está, emerge o sentido de que a prisão é um lugar em que se sente mal, pois diz que espera encontrar o outro “bem”. Nesse sentido, a locução adverbial “**apesar do**” contrapõe-se ao que afirmam os discursos cristalizados de que a prisão é um lugar benéfico, que possibilita aos sujeitos serem “recuperados”, uma vez que o sentido desse dizer é o de que esse lugar não é bom.

Há ainda um lapso de escrita que produz um duplo sentido, em: “apesar do lugar a onde nós nos encontramos”. A esse respeito, “as formas do lapso de escrita podem ser variadas: há casos de repetição ou esquecimento de palavras, distorção de nomes, de supostos erros tipográficos ou ortográficos” (MAIA, 2006, p. 35), e, nesse caso, são motivações do inconsciente, lapsos de um sujeito dividido, que não consegue controlar o que fala, permitindo que algo lhe escape, fuja ao seu controle. Assim, os sentidos produzidos não correspondem tão somente ao sujeito buscar referir-se ao lugar onde está, pois há a “homofonia”, em: “a onde estamos”, e esta “se estabelece por uma relação letra a letra, produzindo outros significados latentes” (MAIA, 2006, p. 35). Nesse caso, essa expressão ganha outro sentido, colocando o sujeito em confronto e lamento por estar na prisão, como se dissesse: “ah, onde estamos...”. Logo, esse lapso revela o descontentamento pelo qual o sujeito se vê.

Ao relatar o trabalho que faz em: “estou trabalhando na Horta para ganhar remição”, emerge o discurso da psicologia,<sup>8</sup> e, nesse sentido, há uma situação de estímulo/resposta.

8 Para a psicologia, o behaviorismo é o estudo do comportamento, havendo três principais modelos: behaviorismo metodológico, radical e social. Conforme descreve Furtado (1999), para Watson, o reflexo condicionado consiste em interações estímulo-resposta. Em Skinner (1974), é o estímulo reforçador que interessa ao organismo: a aprendizagem dos comportamentos se dá entre a ação do sujeito (emissão da resposta) e as consequências. Já em Staats (1980), a noção de behaviorismo leva em consideração, para a explicação do comportamento, a interação homem-ambiente, de modo mais amplo que nos dois anteriormente propostos. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/iel/site/alunos/publicacoes/textos/b00008.htm>>. Acesso em: 30 jul. 2013.

Assim, trabalhando, o sujeito obtém um salário, que, no seu caso, é a remição como recompensa, onde pela preposição “**para**”, o sujeito marca o objetivo do trabalho. No entanto, o efeito de sentido que gera o verbo “**ganhar**” não é o mesmo que o de uma troca comum, em que se sabe que todo trabalho apresenta enquanto recompensa um salário. É, porém, a significação que esse verbo proporciona em meio ao contexto ao qual se insere: pelas relações de poder, bem como pelos regimes de verdade, constrói-se a premissa de que é possível manipular o outro nesse contexto de privação da liberdade. Isso significa que há também um mecanismo de controle no/pelo trabalho que esses sujeitos exercem, uma vez que desejam a liberdade.

Contudo, considerando que o poder está em toda parte e que não há uma relação que impõe que um domine o tempo todo e o outro seja dominado sem resistência, bem como que “o poder não se dá, não se troca nem se retoma, mas se exerce, só existe em ação” (FOUCAULT, 1979, p. 175), as mulheres detentas não são ausentes de poder, visto que emergem, incessantemente, discursos da resistência. Nesse tocante, em “não podemos ficar de braços abertos diante das situações que a vida nos propõe a enfrentar, pois até o melhor homem do mundo, morreu de braços abertos”, estão imbricados o discurso religioso e o discurso de persistência. Ao primeiro, ao referir-se à figura de Jesus enquanto “melhor homem do mundo” que “morreu de braços abertos”, proveniente da formação discursiva religiosa. Ao segundo, pelo ensinamento popular de que a luta, a conquista e a batalha são imprescindíveis para conquistar algo. No entanto, há, nesse discurso, um lapso e, esse, segundo Authier-Revuz (1998, p. 27) “faz *furo* de não-um no tecido do dizer”, e, assim, diferentes sentidos escapam às tentativas de controle do que é dito.

Nesse sentido, “o ato falho, de fato, não é falho, mas um ato bem-sucedido porque desvela uma verdade do sujeito” (MAIA, 2006, p. 44). Assim, em vez de dizer “não podemos ficar de braços cruzados diante das situações” conforme o dito popular, o sujeito diz “não podemos ficar de braços abertos”. Tal lapso chama a atenção, mas é preciso remetê-lo ao contexto de sua ocorrência, ou seja, às condições de produção desse discurso, caso contrário, terá apenas uma conceituação de “erro”, distanciado das manifestações do inconsciente, que, no entanto, pelos lapsos, revela desejos e proibições. Esse lapso produz um efeito de sentido que o sujeito que escreve identifica-se pelo ato de Cristo ao remir os pecados da humanidade. Isso porque, ao entregar-se à morte de cruz, de “braços abertos”, permitiu que a salvação do mundo se concretizasse, e, nesse sentido, ainda que passe pela humilhação, continua revestido de poder, pois ressuscita, desvalidando o poder da morte, bem como da lei que o condenou e, outrora, do julgamento pelo qual passou.

O lapso, nesse contraste à imagem de Jesus Cristo, revela um sentido que o sujeito não quer revelar, mas que escapa ao seu controle, pois rompe com a representação que tem por ser uma mulher presidiária, que também passa pela lei, pelo julgamento, pela condenação. Consideramos, aqui, que o sujeito que escreve fala “a partir da posição ocupada por ele de acordo com as identificações imaginárias que estão em jogo em sua relação com o outro” (REIS, 2010, p. 144). Assim, esse lapso de escrita se dá em face da troca de “braços cruzados” para “braços abertos”, pois, se sua intenção foi dizer que não pode ficar de braços cruzados, o inconsciente, no entanto, materializou, via linguagem, seu desejo e, pela troca de palavras, esse dizer produz o efeito de sentido de que, embora as leis e a sociedade “crucifiquem” esse sujeito com a exclusão, ele deseja também surpreender a todos com sua “ressurreição”, pois, enquanto pensam que, por estar preso, está entregue ao poder, “crucificado”, “morto” perante os olhos alheios, ainda resiste. Ainda vive. Nesse

sentido, segundo Foucault (2006b, p. 277), “se não houvesse possibilidade de resistência [...] não haveria de forma alguma relações de poder”.

Ainda, em: “já andei por caminhos errantes, mas me regenerei” e “estava se reentregando a uma vida diferente do que um dia já vivi”, o advérbio “já” refere-se a fatos passados, “considerado como precedente de outros” (NEVES, 2000, p. 268), o que produz o efeito de sentido de que houve transformação desse sujeito, que assume uma conduta anterior, mas que, pela prisão, se modifica. Ao escrever: “a verdade prevalece em qualquer situação”, há marcas de subjetividade em seu dizer que se configuram pelo “jogo de verdade” que explica Foucault (2006b, p. 235), considerando-o “não a descoberta das coisas verdadeiras, mas regras segundo as quais, a respeito de certas coisas, aquilo que um sujeito pode dizer decorre da questão do verdadeiro e do falso”. Assim, em seu dizer, há marcas de resistência que confrontam a verdade do outro, pois a sua verdade não é a mesma por ele dita, e, nesse sentido, “sempre há possibilidade, em determinado jogo de verdade, de descobrir alguma coisa diferente e de mudar mais ou menos tal ou tal regra, e mesmo eventualmente o conjunto do jogo de verdade” (FOUCAULT, 2006b, p. 282-283).

Nesse dizer, pelo pronome “qualquer”, produz um sentido que não é indefinido, mas o de que todas as relações passam por esses jogos de verdade e que a situação que vivencia na prisão também se dá por eles. Contudo, nesse recorte, o sujeito busca desresponsabilizar-se e culpar o outro, e, após ter dito o suposto motivo que o levou à prisão, o advérbio de lugar “aonde”, mostra sua insatisfação a ocupar esse lugar, em: “veja bem a onde eu vim parar”. Nesse caso, a escrita “se articula com a prática do exame de consciência” (FOUCAULT, 2006b, p. 161), e, ao escrever, o sujeito acredita ser capaz de mostrar a sua verdade, legitimar o seu discurso. Ao fazer o exercício de exame de sua consciência, pela escrita, olha a si e ao outro. Espera que “atravesse as muralhas” que buscam silenciar a sua verdade. Pela escrita, o discurso alcança a voz. Alcança a vez. Assim, o sujeito busca verdades que o coloquem na mesma postura de Cristo: mais reconhecido pela Sua ressurreição que por Sua morte.

## **Algumas considerações**

Neste trabalho, constituiu nosso objetivo apontar as relações de poder em cartas de mulheres detentas do Presídio Feminino de Três Lagoas-MS, interpretando possíveis representações de “cadeia” que emergem em sua escrita. Assim, os dizeres confirmam nossa hipótese de que emergem, via escrita de si, discursos da resistência que marcam a constituição da subjetividade das mulheres detentas.

Isso porque, enquanto resultados, observamos que a escrita dessas mulheres constituiu-se por representações de “cadeia” que caracterizam sujeitos que se veem num lugar de exclusão, deixando, via escrita de si, marcas de subjetividade por lapsos e contradições. Ainda, interpretamos que esses dizeres referem-se à disciplina pela qual esses sujeitos são (im)postos nesse contexto, e que, assim, veem-se atravessados pelas tentativas de controle, marcando a insatisfação que lhes constitui por ocuparem esse lugar em sociedade.

Contudo, em nosso gesto de interpretação, entendemos que esses sujeitos cedem estrategicamente à disciplina e ao controle, mostrando-se regulados e recuperados, na tentativa de serem, pela Instituição e pela sociedade, legitimados enquanto indivíduos corrigidos e transformados, corpos dóceis, que podem, assim, retornar ao convívio social.

Nesse tocante, pela escrita das cartas, as mulheres detentas deixam marcas de subjetividade que indicam as relações de poder pelas quais são constituídas, e, assim, seu processo identitário é inacabado, pois se veem num “entre-lugar”, pois não querem ser representadas pela “cadeia”, mas também não são pela sociedade aceitas, uma vez que discursos cristalizados e representações imaginárias colocam-nas num lugar de exclusão.

Logo, notamos que, pela escrita, as mulheres detentas esperam que suas cartas atravessem as muralhas, pois o lugar de onde falam busca silenciá-las. Lugar esse de exclusão, envolto de altas muralhas, pois priva da liberdade, do convívio social, da vida. Para a sociedade, estando presas, essas mulheres são condenadas por suas infrações, e, portanto, são controladas pelas muralhas. Entretanto, por meio da escrita de suas cartas, o discurso atravessa essas restrições, emergindo vozes supostamente caladas. Emerge, então, o poder que é móvel e se desloca; que está em constante movimento.

## REFERÊNCIAS

AUTHIER-REVUZ, J. *Palavras incertas: as não-coincidências do dizer*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

BRASIL. Senado Federal. *Lei n. 7.210/84. Lei de Execução Penal*. Brasília: Senado Federal, 2009. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/17210.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17210.htm)> Acesso em: 14 out. 2013.

CORACINI, M. J. R. F. (Org.). *Identidade & discurso: (des)construindo subjetividades*. Campinas: Editora da Unicamp; Chapecó: Argos Editora Universitária, 2003.

\_\_\_\_\_. *A celebração do outro: arquivo, memória e identidade: línguas (materna e estrangeira), plurilinguismo e tradução*. Campinas: Mercado de Letras, 2007.

FERREIRA, T. Dos porquês: do teatro, das crianças, da escola, do modo de escrita. Por quê?!?. In: SKLIAR, C. (Org.). *Derrida & a Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 83-96.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Tradução e organização de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

\_\_\_\_\_. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

\_\_\_\_\_. *A ordem do discurso*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 20. ed. São Paulo: Loyola, 1995.

\_\_\_\_\_. *Estratégia, poder-saber*. Organização de Manoel Barros da Motta; tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006a. [Ditos e Escritos, IV].

\_\_\_\_\_. *Ética, sexualidade, política*. Organização de Manoel Barros da Motta; tradução de Elisa Monteiro, Inês Autran Dourado Barbosa. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006b. (Ditos e Escritos, V).

\_\_\_\_\_. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramallete. 40. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

MAIA, M. C. G. O lapso de escrita como refúgio do sujeito. In: MARIANI, B. (Org.). *A escrita e os escritos: reflexões em análise do discurso e em psicanálise*. São Carlos: Claraluz, 2006. p. 31-44.

NEVES, M. H. de M. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 10. ed. Campinas: Pontes Editores, 2012.

REIS, V. S. Representações e deslocamentos no diário de aprendizagem de língua estrangeira: uma escrita de si para o outro. In: ECKERT-HOFF, B. M.; CORACINI, M. J. R. F. (Org.). *Escrit(ur)a de si e alteridade no espaço papel-tela: alfabetização, formação de professores, línguas materna e estrangeira*. Campinas: Mercado de Letras, 2010. p. 137-163.

SIMÕES, V. F. N. *Filhos do cárcere: limites e possibilidades de garantir os direitos fundamentais dos filhos das mulheres privadas de liberdade no Brasil*. Porto Alegre: Núria Fabris Editora, 2013.

UYENO, E. Y. Escrita mal escrita ou mal-estar da escrita? A inelutável escrita de si. In: ECKERT-HOFF, B. M.; CORACINI, M. J. R. F. (Org.). *Escrit(ur)a de si e alteridade no espaço papel-tela: alfabetização, formação de professores, línguas materna e estrangeira*. Campinas: Mercado de Letras, 2010. p. 121-136.